

PROCESSO N.: 138



ESTADO DE RONDÔNIA  
Câmara Municipal de Cacoal

PROCESSO N.

138

2021

ARQUIVO N.

ASSUNTO:

GARANTE À GESTANTE O DIREITO DE OPTAR PELO PARTO CESARIANO, A PARTIR DA 39ª SEMANAS DE GESTAÇÃO, BEM COMO A ANALGESIA, MESMO QUANDO ESCOLHIDO O PARTO NORMAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR

EZEQUIEL CÂMARA

ANEXOS:

PROJETO DE LEI N. 138/2021 E JUSTIFICATIVA.

PROJETO DE LEI N. 138/2021

MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO

	DESTINO		DATA
01	DIR. LEGISLATIVA		19 / 07 / 2021
02	DIR. COMISSÕES		___ / ___ / ___
03	ASSESSORIA JURÍDICA		___ / ___ / ___
04	C.P.L.J. REDAÇÃO FINAL		___ / ___ / ___
05			___ / ___ / ___
06			___ / ___ / ___
07			___ / ___ / ___
08			___ / ___ / ___
09			___ / ___ / ___
10			___ / ___ / ___
11			___ / ___ / ___
12			___ / ___ / ___
13			___ / ___ / ___
14			___ / ___ / ___
15			___ / ___ / ___
16			___ / ___ / ___
17			___ / ___ / ___
18			___ / ___ / ___
19			___ / ___ / ___
20			___ / ___ / ___
21			___ / ___ / ___
22			___ / ___ / ___
23			___ / ___ / ___




*Câmara Municipal de Cacoal*  
*Diretoria Legislativa*

---

**PROCESSO N. 138/2021**

Lido na 21ª sessão ordinária  
em 02 / 08 / 2021

  
WILLIAN ORTOLANE CORDEIRO  
Diretor Legislativo

**À DIRETORIA DAS COMISSÕES:**

Encaminho o presente Processo para apreciação e devidas providências.

**Palácio Catarino Cardoso dos Santos, em 19 de julho de 2021.**

  
WILLIAN ORTOLANE CORDEIRO  
Diretor Legislativo

Encaminhe-se à  
Comissão de  
( Justiça e Redação )  
em 02 / 08 / 2021

  
JOÃO PAULO PICHEK  
Presidente - CMC



PROJETO DE LEI Nº 138 /CMC/2021

Autor: VEREADOR EZEQUIEL CÂMARA

GARANTE À GESTANTE O DIREITO DE  
OPTAR PELO PARTO CESARIANO, A  
PARTIR DA 39ª SEMANAS DE GESTAÇÃO,  
BEM COMO A ANALGESIA, MESMO  
QUANDO ESCOLHIDO O PARTO NORMAL  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CACOAL**, no uso de suas atribuições legais, faz  
saber que a Câmara Municipal de Cacoal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica no âmbito do Município de Cacoal, o direito da gestante optar pelo  
parto cesariano a partir da 39ª semanas de gestação, bem como a analgesia, mesmo  
quando escolhido o parto normal.

- I. A cesariana eletiva só será realizada a partir de 39 (trinta e nove) semanas  
de gestação, após a parturiente ter sido conscientizada e informada acerca  
dos benefícios do parto normal e riscos de sucessivas cesarianas e ter sido  
lavrado termo de responsabilidade a ser assinado pela parturiente ou  
responsável legal.
- II. Na eventualidade de a opção da parturiente pela cesariana não observada,  
ficará o médico obrigado a registrar as razões em prontuário.

**Art. 2º.** A parturiente que optar ter seu filho por parto normal, apresentando  
condições clínicas para tanto, também deve ser respeitada em sua autonomia.

**Parágrafo Único.** Garante-se à parturiente o direito à analgesia.

**Art. 3º.** Nas maternidades, nos hospitais que funcionam como maternidades e nas  
instituições afins, será afixada placa com os seguintes dizeres: "Constitui direito da  
parturiente escolher a via de parto, normal ou cesariana, a partir da trigésima nona  
semana de gestação".

**Art. 4º.** Sempre poderá o médico, em divergindo da opção feita pela parturiente,





encaminhá-la para outro profissional.

**Art. 5º.** O Executivo Municipal, no que couber, poderá regulamentar a presente Lei.

**Art. 6º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio Catarino Cardoso dos Santos, 16 de julho de 2021.

*Ezequiel Câmara*  
Vereador CMC  
*Ezequiel Câmara*  
Vereador



### JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, este Projeto de Lei tem como objetivo o direito da gestante optar pela escolha do parto a partir da 39ª semana de gestação conforme RESOLUÇÃO CFM Nº 2.144/2016 deliberou que é ético o médico atender à vontade da gestante de realizar parto cesariano, garantida a autonomia do médico, da paciente e a segurança do binômio materno fetal.

Ressaltamos que este desejo da parturiente somente é respeitado na rede particular, todavia o valor do parto cesariano na rede particular no município está acima das condições financeiras das famílias de renda média e isso leva as parturientes a se deslocarem até o município de Pimenta Bueno e Espigão D'Oeste, onde os valores do parto custam até 50% menos.

Os casos de cesariana tardia também são evidenciados por diversas vezes em nosso município, causando riscos a vida da parturiente e feto.

É expressamente necessário dizer também que, os municípios citados acima, em casos de qualquer complicação, não possuem recursos disponíveis em casos mais graves e se utilizam da transferência das parturientes para o município de Cacoal.

Assim, contamos com o apoio dos nobres vereadores à aprovação do presente projeto garantindo o direito as parturientes de acordo com o Art.5º da Constituição Federal que versa: **“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.”** E ainda ao Art. 196 que versa: **“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”**

Palácio Catarino Cardoso dos Santos, 16 de julho de 2021.